

Obras sobre Pareto (em português)

- Schumpeter, Joseph A. *Dez grandes economistas*, trad. de Japy Freire, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1958.
- _____. *História da análise econômica*, Rio de Janeiro, Aliança para o Progresso, 1964.
- _____. *História da análise econômica: de 1790 a 1870*, trad. de Alfredo Moutinho dos Reis, José Luis Silveira Miranda e Renato Rocha, Rio de Janeiro, USAID, 1964.
- _____. *História da análise econômica*, trad. de Alfredo Moutinho dos Reis e José Luis Silveira Miranda, 3 vols., Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- _____. *Teorias econômicas de Marx a Keynes* (tradução de Ten Great Economists, from Marx to Keynes), trad. de Ruy Jungmann, Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

MAX WEBER

A racionalização da atividade comunitária não tem como consequência uma universalização do conhecimento, como relação às condições e às relações desta atividade, mas quase sempre produz o efeito contrário. O "selvagem" co-nhece infinitamente mais sobre as condições econômicas e sociais da sua própria existência do que o "civilizado"; no sentido ordinário do termo, sabe sobre as suas.

Essais sur la théorie de la science, p. 397
La sociologie compréhensive

A obra de Max Weber é considerável e variada. Portanto, não poderei expô-la seguindo o método que usei para analisar os trabalhos de Durkheim e de Pareto.

Resumidamente, podem-se classificar as obras de Max Weber em quatro categorias:

1º) Os estudos de metodologia, crítica e filosofia, que tratam essencialmente do espírito, objeto e métodos das ciências humanas, história e sociologia. São simultaneamente epistemológicos e filosóficos; levam a uma filosofia do homem na história, a uma concepção das relações entre a ciência e a ação. Os principais trabalhos deste gênero estão reunidos numa coletânea intitulada *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, traduzida para o francês sob o título *Essais sur la théorie de la science*¹ (Ensaio sobre a teoria da ciência).

2º) As obras propriamente históricas: um estudo sobre as relações de produção na agricultura do mundo antigo (*Agrarverhältnisse im Altertum*), uma história econômica geral, cursos dados por Max Weber e publi-

cados depois da sua morte, trabalhos especiais sobre problemas econômicos da Alemanha ou da Europa contemporânea, por exemplo, uma pesquisa sobre a situação econômica da Prússia oriental, em particular sobre as relações entre os camponeses poloneses e as classes dirigentes alemãs².

3º) Os trabalhos de sociologia da religião, a começar pelo célebre estudo sobre as relações entre *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, que Max Weber continuou com uma análise comparativa das grandes religiões e da ação recíproca entre as condições econômicas, as situações sociais e as convicções religiosas³.

4º) Finalmente, sua obra-prima, o tratado de sociologia geral intitulado *Economia e sociedade* (*Wirtschaft und Gesellschaft*), publicado postumamente. Max Weber trabalhava nesse livro quando foi atingido pela gripe espanhola, logo depois da Primeira Guerra Mundial⁴. É impossível resumir em algumas páginas essa obra

de riqueza tão excepcional. Pretendo, assim, examinar as principais idéias dos trabalhos da primeira categoria, numa tentativa de expor as concepções fundamentais de Max Weber no campo da ciência e da política, e suas mútuas relações. Esta interpretação das relações entre a ciência e a política leva a uma certa filosofia, que na época não se chamava ainda existencialista, mas que pertence ao tipo que, hoje, é assim chamado. Resumirei, em seguida, os temas principais das investigações propriamente sociológicas; por fim, analisarei a interpretação dada por Max Weber à época contemporânea, para manter o paralelismo entre este capítulo e os dois precedentes.

Teoria da ciência

Para estudar a teoria weberiana da ciência pode-se seguir o mesmo método do capítulo precedente, tomando como ponto de partida a classificação dos tipos de ação. Pareto parte da antítese entre a ação lógica e a ação não-lógica. Da mesma forma, é válido dizer, embora não seja este o procedimento clássico de exposição, que Weber parte da distinção entre quatro tipos de ação: a ação racional com relação a um valor (*zweckrational*), a ação racional com relação a um valor (*wertrational*), a ação afetiva ou emocional e, por último, a ação tradicional.

A ação racional com relação a um objetivo corresponde aproximadamente à ação lógica de Pareto; é a ação do engenheiro que constrói uma ponte, do especulador que se esforça por ganhar dinheiro, do general que quer ganhar uma batalha. Em todos estes casos a ação *zweckrational* é definida pelo fato de que o ator concebe claramente seu objetivo e combina os meios disponíveis para atingi-lo.

Entretanto, Weber não diz explicitamente, como Pareto, que a ação na qual o ator escolhe meios impróprios devido à inexactidão dos seus conhecimentos é não-racional. A racionalidade com relação a um objetivo é definida com base nos conhecimentos do ator, e não do observador. Esta última definição seria a de Pareto⁵.

A ação racional com relação a um valor é, por exemplo, a do socialista alemão Lassalle, que se deixou matar num duelo, ou do capitão que afunda com seu navio. A ação é racional não porque tende a alcançar um objetivo definido e exterior, mas porque seria de somno deixar de responder a um desafio ou abandonar o

nação carismática, pela virtude excepcional, quase mágica, que atribuem ao chefe os que o seguem e a ele são devotados. Os três tipos de dominação constituem exemplos de conceitos que poderíamos chamar de "atômicos". São utilizados como elementos graças aos quais se reconstroem e se compreendem regimes políticos concretos. A maioria destes últimos combinam elementos pertencentes aos três tipos de dominação. Uma vez mais, como a realidade é confusa, precisamos abordá-la com idéias claras. Como os tipos se confundem na realidade, é preciso defini-los rigorosamente; é porque não existe regime puramente carismático ou tradicional que é preciso separá-los rigorosamente em nosso espírito. A reconstrução dos tipos ideais representa não o fim da investigação científica, mas um meio. Utilizando conceitos precisamente definidos, medimos o seu afastamento da realidade, e combinando conceitos múltiplos apreendemos uma realidade complexa. Finalmente, num terceiro nível de abstração, temos os tipos de ação: a ação racional com relação ao objetivo, a ação racional com relação aos valores, a ação tradicional e a ação afetiva.

Por fim, chegamos à terceira espécie dos tipos ideais, constituída pelas reconstruções racionalizantes de condutas de um tipo particular. O conjunto das posições da teoria econômica, segundo Max Weber, não passa da reconstrução ideal típica do modo como os sujeitos se comportariam se fossem sujeitos econômicos puros. A teoria econômica concebe o comportamento econômico rigorosamente conforme sua essência e definido de maneira precisa¹⁴.

As antinomias da condição humana

Assim, as ciências da cultura são compreensivas e causais. A relação de causalidade é, segundo o caso, histórica ou sociológica. O historiador visa pesar a eficácia causal dos diferentes antecedentes numa única conjuntura; o sociólogo procura estabelecer relações de sucessão que se repetiram ou que são suscetíveis de repetição. O instrumento principal da compreensão é o tipo ideal, nas suas diversas variedades, cujo traço comum é a tendência para a racionalização, ou então a percepção da lógica implícita ou explícita de um tipo de conduta ou de um fenômeno histórico singular. Em todos os casos, o tipo ideal é sempre um meio, não um fim; o objetivo das ciências da cultura é compreender os sentidos subjetivos, isto é, em última análise, a significação que os homens atribuem à sua existência.

Esta idéia de que a ciência da cultura busca compreender o sentido subjetivo das condutas não é evidente. Muitos sociólogos atuais a abandonaram, e consideram que o objetivo científico autêntico é a lógica inconsciente das sociedades ou das existências. Para Max Weber o objetivo consiste em compreender a existência vivida. Provavelmente esta orientação da curiosidade científica está vinculada à relação que se estabelece, no pensamento de Max Weber e na sua teoria epistemológica, entre o conhecimento e a ação.

Um dos temas fundamentais do pensamento de Weber é a oposição, já analisada, entre o julgamento de valor e a relação com os valores. A existência histórica é, por essência, criação e afirmação de valores. A ciência da cultura é a compreensão dessa existência, e sua abordagem é a relação com os valores. A vida humana

é feita de uma sucessão de escolhas pelas quais os homens edificam um sistema de valores. A ciência da cultura é a reconstrução e a compreensão das escolhas humanas pelas quais um universo de valores foi edificado.

A filosofia dos valores tem uma relação estreita com a teoria da ação. Max Weber pertence ao grupo dos sociólogos "frustrados com a política", cuja aspiração não satisfeita pela ação é um dos móveis do esforço científico.

A filosofia dos valores de Max Weber se origina na filosofia neokantiana, tal como era apresentada no seu tempo nas universidades da Alemanha do Sudoeste. É uma filosofia que propõe, como ponto de partida, a distinção radical entre os fatos e os valores.

Os valores não são dados nem no plano sensível nem no plano transcendente; são criados pelas decisões humanas, que diferem dos atos pelos quais o espírito percebe o real e elabora a verdade. Pode ser (certos filósofos neokantianos o afirmam) que a própria verdade seja um valor. Para Max Weber, porém, há uma diferença fundamental entre a ordem da ciência e a ordem dos valores. A essência da primeira é a sujeição da consciência aos fatos e às provas; a essência da segunda é o livre-arbítrio e a livre afirmação. Ninguém pode ser obrigado, por uma demonstração, a reconhecer um valor ao qual não adere¹⁵.

Neste ponto, vale a pena fazer uma comparação entre Weber, Durkheim e Pareto. Durkheim pensava encontrar naquilo que chamava sociedade o objeto sagrado por excelência e o sujeito criador de valores. Pareto postulava em princípio que só a relação entre meios e fins pode ser caracterizada como lógica, e que, em conseqüência, toda determinação dos fins é, como tal, não-lógica. Procurou nos estados de espírito, nos sentimentos ou resíduos as forças que afirmam os fins, em

outras palavras, que determinam os valores. Mas esta determinação só o interessava nas suas características constantes. Acreditava que todas as sociedades são trabalhadas por contradições fundamentais, contradições entre o lugar ocupado por cada um e seus méritos; entre o egoísmo dos indivíduos e as necessidades do devotamento ou do sacrifício pela coletividade. Desejava, antes de mais nada, estabelecer uma classificação dos resíduos que fosse permanentemente válida, isto é, queria construir o equivalente a uma teoria da natureza humana, à qual remontava a partir da diversidade infinita dos fenômenos históricos.

Nenhuma destas fórmulas se coaduna com o pensamento weberiano. Weber teria respondido a Durkheim que as sociedades são efetivamente o meio ambiente onde os valores são criados, mas que as sociedades reais são compostas de homens, isto é, por nós mesmos e pelos outros, e que em conseqüência não é a sociedade concreta, como tal, que nós adoramos ou devemos adorar. Se é verdade que cada sociedade nos sugere ou nos impõe um sistema de valores, isto não prova que a sociedade em que vivemos seja melhor do que a dos nossos inimigos ou da que nós mesmos queremos construir. A criação de valores é social, mas é também histórica. Dentro de cada sociedade surgem conflitos entre grupos, partidos e indivíduos. O universo de valores a que cada um de nós acaba aderindo é uma criação ao mesmo tempo individual e coletiva. Resulta da resposta da nossa consciência a um meio, ou a uma situação. Portanto, não tem cabimento transfigurar o sistema social existente e atribuir a ele um valor superior ao da nossa própria escolha. Este último é, talvez, criador do futuro, enquanto o sistema que recebemos representa a herança do passado.

Weber teria respondido a Pareto que as classes dos resíduos correspondem talvez a tendências permanentes da natureza humana, mas que, insistindo numa classificação dos resíduos, o sociólogo ignora ou negligencia o que há de mais interessante no curso da história. Claro, todas as teodicéias, todas as filosofias são não-lógicas, ou comportam desrespeitos às regras de lógica e aos ensinamentos dos fatos, mas o historiador quer compreender os significados que os homens deram a sua existência, o modo como aceitaram o mal, a combinação que estabeleceram entre o egoísmo e o devotamento. Todos estes sistemas de significações, ou de valores, têm caráter histórico: são múltiplos e variados, e interessantes na sua singularidade e por causa dela. Pareto procura o constante, enquanto Max Weber quer apreender os sistemas sociais e intelectuais nos seus traços singulares. O que o apaixonado é a determinação precisa do papel da religião numa determinada sociedade e a determinação da hierarquia dos valores adotados por uma época ou por uma comunidade. O objetivo predominante da curiosidade weberiana são os sistemas não-lógicos (como diria Pareto) de interpretação do mundo e da sociedade.

A meu ver, Max Weber tratou de duas maneiras esse mundo de valores, mundo da ação e objeto da ciência atual, e estes dois tratamentos levam a resultados coerentes entre si. De um lado, como filósofo da política, Weber procurou elaborar o que eu chamaria de as antinomias da ação. De outro, como sociólogo, ele quis refletir sobre as diferentes atitudes religiosas e a influência que exercem sobre a conduta dos homens, notadamente sobre sua conduta econômica.

A antinomia fundamental da ação, de acordo com Max Weber, é a da *moral da responsabilidade* e da *moral da conveniência*. Maquiavel de um lado, Kant de outro. A ética da responsabilidade (*Verantwortungsethik*) é aquela que o homem de ação não pode deixar de adotar; ela ordena a se situar numa situação, a prever as consequências das suas possíveis decisões e a procurar introduzir na trama dos acontecimentos um ato que atingirá certos resultados ou determinará certas consequências que desejamos. A ética da responsabilidade interpreta a ação em termos de meios-fins. Se for preciso convencer os oficiais de um exército a aceitar uma política que não apreciam, ela será apresentada em linguagem tal que eles não a compreenderão, ou com fórmulas que tolerem interpretação estritamente contrária à intenção real do ator, ou ao objetivo procurado. É possível que num momento dado haja uma tensão entre o homem de ação e os executantes, estes talvez tenham a sensação de que foram enganados, mas, se este era o único meio de atingir o objetivo pretendido, quem terá o direito de condenar os que enganaram pelo bem do Estado? Max Weber gostava de tomar como símbolo da ética da responsabilidade o cidadão de Florença que (segundo Maquiavel) preferiu a grandeza do Estado à salvação da sua alma. O homem de Estado emprega meios reprovados pela ética vulgar para realizar um objetivo supra-individual, que é o bem da coletividade. Weber não elogia o maquiavelismo, e uma ética da responsabilidade não é necessariamente maquiavélica, no sentido comum do termo. A ética da responsabilidade é simplesmente a que se preocupa com a eficácia, e se define pela escolha dos meios ajustados ao fim que se pretende. Max Weber acrescentava que nin-

guém vai até o extremo da moral da responsabilidade no sentido de aceitar qualquer meio que seja contanto que, em última análise, ele seja eficaz. Citava Maquiavel e o sacrifício da salvação da alma à grandeza do Estado, mas lembrava também Lutero e sua famosa fórmula diante da Dieta de Worms: "*Hier stehe ich; ich kann mich anders; Gott helfe mir, Amen.*" ("Aqui me detenho; não posso fazer de outro modo; que Deus me ajude, Amém.") A moral da ação comporta dois termos extremos, o pecado para salvar a cidade e, nas circunstâncias extremas, a afirmação incondicional de uma vontade, quaisquer que sejam as consequências.

Acrescentemos que a moral da responsabilidade não basta a si mesma, na medida em que se define pela busca de meios adaptados aos objetivos, e que estes objetivos permanecem indeterminados. Aparece aqui o que alguns autores, como Léo Strauss, chamaram de *nilismo weberiano*. Weber não acreditava que pudesse haver um acordo entre os homens e as sociedades sobre o objetivo a alcançar. Tinha uma concepção voluntarista dos valores criados pelos homens; negava a existência de uma hierarquia universal dos fins e, mais ainda, pensava que cada um de nós é obrigado a escolher entre valores que, em última análise, são incompatíveis entre si. Em matéria de ação, há escolhas que implicam sacrifícios.

Os diversos valores a que podemos aspirar estão encarnados nas coletividades humanas e, por isso, entram espontaneamente em conflito uns com os outros. Max Weber retomava a tradição de Hobbes: a do estado de natureza, existente entre as sociedades políticas. Os grandes Estados estão empenhados numa competição de poder permanente. Cada um desses Estados é

portador de uma certa cultura; essas culturas se defrontam pretendendo a superioridade, sem que se possa, de modo nenhum, resolver a disputa.

Dentro de uma coletividade, não há medida política que não traga vantagem para uma classe e sacrifício para outra. Por isso as decisões políticas, que podem e devem ser iluminadas pela reflexão científica, serão sempre, em última análise, ditadas por julgamentos de valor não suscetíveis de demonstração. Ninguém pode determinar com segurança a medida em que tal indivíduo ou tal grupo deve ser sacrificado pelo bem de outro grupo, ou da coletividade global. O bem da coletividade global só pode ser definido por um grupo em particular. Em outros termos, de acordo com o pensamento de Max Weber, a noção genérica de bem comum não comporta uma determinação rigorosa.

Há mais. Para Weber, a teoria da justiça implica uma antinomia fundamental. Os homens são desigualmente dotados do ponto de vista físico, intelectual e moral. Há uma loteria genética no ponto de partida da existência humana: os genes que recebemos dependem, no sentido exato do termo, de um cálculo de probabilidades. Sendo a desigualdade o fenômeno natural e primeiro, nossa tendência pode ser ou apagar pelo esforço social a desigualdade natural, ou, pelo contrário, retribuir a cada um com base nas suas qualidades. Com ou sem razão, Max Weber afirmava que a ciência não pode orientar a escolha entre as duas posições: a que defende a proporcionalidade entre condição social e desigualdades naturais, e o esforço para suprimir essas desigualdades. Cada um precisa escolher sozinho seu Deus ou seu demônio.

Enfim, os deuses do Olimpo, para falar como Max Weber, estão naturalmente em conflito. Por outro lado,

sabemos hoje que uma coisa pode ser bela não "apesar de" não ser moral, mas "porque" não é moral. Não só os valores podem ser historicamente incompatíveis, no sentido de que uma mesma sociedade não pode realizar ao mesmo tempo os valores do poder militar, da justiça social e da cultura, mas também a realização de alguns valores estéticos pode contrariar a realização de certos valores morais, e a realização destes últimos pode dificultar a realização de determinados valores políticos.

O problema da escolha dos valores nos introduz à ética da convicção (*Gesinnungsethik*), que incita a agir de acordo com nossos sentimentos, sem referência, explícita ou implícita, às consequências. Weber dá dois exemplos: o do pacifista absoluto e o do sindicalista revolucionário.

O pacifista absoluto se recusa incondicionalmente a portar armas e matar seu semelhante. Se ele pensa que irá impedir as guerras com essa recusa, é um ingênuo e, no plano da moral da responsabilidade, ineficiente. Mas se seu objetivo é simplesmente agir de acordo com sua consciência e se a própria recusa é o objeto de sua conduta, se torna sublimine ou absurdo, não importa, mas não pode ser refutado. Quem proclama: antes a prisão e a morte do que matar seu semelhante está agindo de acordo com a ética da convicção. Pode-se não lhe dar razão, mas não se pode demonstrar que está enganado, pois o ator não invoca outro juízo a não ser sua própria consciência, e a consciência de cada um é irrefutável na medida em que não tem a ilusão de transformar o mundo, e a única satisfação que ambiciona é a própria fidelidade. No plano da responsabilidade, pode ser que os pacifistas não contribuam para supri-

mir a violência, mas apenas para a derrota da sua pátria. Estas objeções, contudo, não preocupam os moralistas da convicção. O mesmo acontece com o sindicalista revolucionário, que diz não à sociedade, indiferente às consequências imediatas ou a longo prazo da sua causa; na medida em que tem consciência do que faz, ele escapa às críticas científicas ou políticas dos que se colocam no plano dos fatos.

Vocês perderão o seu tempo expondo, da forma mais persuasiva possível, a um sindicalista convencido a verdade da ética de convicção, que o único resultado da sua ação será aumentar as possibilidades da reação, retardar a ação da sua classe, e escravizá-la ainda mais. Ele não acreditará. Quando as consequências de um ato realizado por sua convicção são negativas, o partido dessa ética não atribuirá a responsabilidade ao agente, mas ao mundo, à tolice dos homens ou à vontade de Deus, que criou os homens como são. (*Le savant et le politique*, p. 187.)

Haveria muito a dizer sobre esta antinomia fundamental. É evidente que não há moral da responsabilidade que não se inspire em convicções, pois, em última análise, esta moral é uma procura de eficácia, e podemos questionar o objetivo de tal procura.

Está claro, também, que a moral da convicção não pode ser a moral do Estado. Diremos mesmo que a moral da convicção, no sentido extremo, não pode ser a ética do homem que participa, por menos que seja, do jogo político, mesmo que seja pelo uso da palavra oral ou escrita. Ninguém diz ou escreve sem se preocupar com as consequências de suas palavras e de seus atos, unicamente preocupado em obedecer à consciência. A moral unicamente da convicção é um tipo ideal do qual nin-

guém deve se aproximar demais, a fim de poder ficar dentro dos limites da conduta racional.

Apesar de tudo, penso que subsiste uma idéia profunda na antinomia weberiana da convicção e da responsabilidade. No campo da ação, notadamente na ação política, ficamos divididos entre duas atitudes, talvez devêssemos dizer entre o desejo de duas atitudes. A primeira, que chamaria de instrumental, busca produzir resultados adequados aos nossos objetivos; obriga-nos assim a ver o mundo como é e a analisar as consequências prováveis do que fazemos ou dizemos. A segunda, moral, nos leva muitas vezes a falar e a agir sem considerar os outros, e nem o determinismo dos acontecimentos. Às vezes cansamo-nos de fazer cálculos e obedecemos ao impulso irresistível de entregar nas mãos de Deus, ou mandar para o inferno, as consequências de nossos atos. A ação baseada na razão inspira-se ao mesmo tempo nestas duas atitudes. Mas é útil, e na minha opinião esclarecedor, enunciar rigorosamente os tipos ideais das duas atitudes entre as quais oscilamos: a do homem de Estado, certamente mais inclinado à responsabilidade, quando menos para se justificar, e a do cidadão, mais propenso à convicção, talvez apenas para criticar o estadista. Max Weber afirmava: "As duas máximas éticas se opõem num antagonismo eterno, que é absolutamente impossível de superar com os meios de uma moral fundamentada puramente em si mesma" (*Essais sur la théorie de la science*, p. 425), e também que "A ética da convicção e a ética da responsabilidade não são contraditórias, mas se completam mutuamente, constituindo, juntas, o homem autêntico, isto é, um homem que pode pretender à 'vocalção política'". (*Le savant et le politique*, p. 199.)

A sociologia da religião

No pensamento weberiano a moral da convicção aparece como uma das expressões possíveis da atitude religiosa. A moral do Sermão da Montanha é o tipo desta moral. O pacifista ideal se recusa a tomar armas, a responder à violência com a violência. Weber costumava citar a fórmula "oferecer a outra face", afirmando que se esta fórmula não for sublimada, é covarde. O cristão que por um esforço de vontade deixa de responder a uma ofensa está agindo com grandeza; aquele que faz o mesmo por fraqueza, ou medo, é desprezível. A mesma atitude pode ser sublimada, quando exprime uma convicção religiosa, ou vil, se traduz falta de coragem ou de dignidade. A análise da moral da convicção leva, assim, a uma sociologia da religião.

O pacifismo por convicção só se explica dentro de uma concepção global do mundo. O pacifismo do cristão só é inteligível, isto é, adquire seu verdadeiro sentido, com referência à idéia que ele tem da vida, e aos valores supremos aos quais ele adere. Para ser compreendida, toda atitude exige a percepção da concepção global da existência que anima o ator e na qual ele vive. Este é o ponto de partida do estudo weberiano no campo da sociologia da religião. Essas atitudes respondem à seguinte indagação: em que medida as concepções religiosas têm influenciado o comportamento econômico das diferentes sociedades?

Tem-se afirmado muitas vezes que Weber procurou refutar o materialismo histórico e explicar o comportamento econômico pelas religiões, em vez de postular que estas são apenas a superestrutura de uma sociedade cuja infra-estrutura seria constituída pelas relações de pro-